



**AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO (PRESENCIAL)
PREGÃO Nº 001/2018 - PROCESSO Nº 490/2017**

OBJETO: Contratação de empresa especializada objetivando a prestação de serviços na área de Contabilidade Pública e Comercial da Companhia Municipal de Transporte Coletivo Araucária – CMTC – Araucária – Em liquidação, compreendendo todos os serviços contábeis e a elaboração computadorizada das rotinas mensais, atender as solicitações dos órgãos fiscalizadores e realizar perícias contábeis, elaboração e encaminhamento da prestação de Contas anual e demais obrigações exigidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná -TCE-PR, vencidas e vincendas, e, a prática de todos os procedimentos contábeis públicos e privados necessários no período de liquidação e extinção da empresa, inclusive as baixas necessárias juntos aos órgãos competentes, conforme Termo de Referência no anexo I.

DO PROTOCOLO E SESSÃO DE ABERTURA: OS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO DEVERÃO SER PROTOCOLADOS NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS da Prefeitura do Município de Araucária, sito à Rua Pedro Druszczyk, nº 160, sobreloja, Centro, Araucária-PR, **até às 09:30 horas do dia 07 de fevereiro de 2018 e a abertura se dará no mesmo dia às 10:00 horas**, na sala de abertura de licitações, localizada na Rua Pedro Druszczyk, nº 160, Centro, Araucária.

O Edital completo e possíveis alterações está(ão) disponível(íveis) no site www.cmtc.pr.gov.br ou no Departamento de Licitações e Compras, das 9h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00. Informações pelo telefone (41)3614-1436/Pregoeiro 3614-1699

Araucária, 23 de janeiro de 2018.

LAURO LUCIANO STALL

Liquidante

EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 001/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 490/2018
DATA DA REALIZAÇÃO: 07/02/2018
HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 10:00 horas
LOCAL: Prefeitura do Município de Araucária

A Companhia Municipal de Transporte Coletivo de Araucária – CMTC-Araucária - Município de Araucária, Paraná, através de seu Liquidante, **Sr. LAURO LUCIANO STALL** inscrito no CPF/MF.: 977.676.629-34, torna público que está aberta licitação na modalidade de **PREGÃO (PRESENCIAL)**, do tipo **MENOR PREÇO**, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e, subsidiariamente, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, bem como dos Decretos Municipais nºs 26.007/2013 e 18.966/05 e Lei Complementar 123/06. Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro da Prefeitura Municipal de Araucária, Estado do Paraná, nomeada pelo Decreto Municipal nº 31.519/2017 para atuar na Licitações da CMTC - Araucária através do Decreto nº 30.760/2017.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a PROPOSTA e os documentos de HABILITAÇÃO deverão ser protocolados até às 09:30 horas do dia 07 de fevereiro de 2018, no Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Araucária, sito na Rua Pedro Druszczy, nº 160 – Centro – Araucária – Pr.

A sessão de processamento do Pregão será realizada no horário e data supracitados, na sala de abertura de licitações, Rua Pedro Druszczy, nº 160, Centro – Araucária – Pr., e será conduzida por Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada objetivando a prestação de serviços na área de Contabilidade Pública e Comercial da Companhia Municipal de Transporte Coletivo Araucária – CMTC – Araucária – Em liquidação, compreendendo todos os serviços contábeis e a elaboração computadorizada das rotinas mensais, atender as solicitações dos órgãos fiscalizadores e realizar perícias contábeis, elaboração e encaminhamento da prestação de Contas anual e demais obrigações exigidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná -TCE-PR, vencidas e vincendas, e, a prática de todos os procedimentos contábeis públicos e privados necessários no período de liquidação e extinção da empresa, inclusive as baixas necessárias juntos aos órgãos competentes, conforme Termo de Referência em anexo I

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do certame interessados cujo ramo de atividade seja pertinente ao objeto da contratação e que preencherem as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

2.2. Não será permitida a participação de empresas impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02; 2.2.3. Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.

2.3 O presente edital concede tratamento diferenciado e favorecido as microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se os dispositivos legais previstos na sessão I do capítulo V (acesso aos mercados) da Lei Complementar 123/2006 e alterações da Lei Complementar 147/2014.

3. DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO

3.1. Somente será credenciado representante de empresa que tenha **protocolado** envelopes de proposta e de habilitação;

3.2. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos **fora dos invólucros**:

- a) Documentos de eleição dos atuais administradores, **tratando-se de sociedades por ações**, acompanhados da documentação mencionada na alínea “c”, deste subitem;
- b) Registro comercial, **no caso de empresa individual**.
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigor, e última alteração, devidamente registrados na Junta Comercial, em se **tratando de sociedades comerciais**;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, **tratando-se de sociedades civis**, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- e) Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação (modelo no Anexo II).
- f) Caso queira usufruir dos benefícios da Lei Complementar Nº 123/2006, e 147/2014, deverá apresentar documento comprobatório que a proponente enquadra-se na condição de Micro Empresa ou de Empresa de Pequeno Porte, emitido com a antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da data da abertura da licitação.
- g) Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante, e **cada representante poderá representar somente uma empresa**, sendo que, no caso do representante não possuir poderes para representar a licitante, este deve apresentar procuração por instrumento público ou particular da qual constem poderes específicos

para formular lance, negociar preço, interpor e desistir de recursos, assinar e praticar todos os demais atos pertinentes à licitação.

- h) O credenciado deverá identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

- 3.3. O representante legal deve apresentar o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- 3.4. O procurador deve apresentar a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados nas alíneas "a" à "d", que comprove os poderes do mandante para a outorga.
- 3.6. Os documentos necessários ao credenciamento deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

4. DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. A proposta e os documentos para habilitação deverão ser **protocolados**, separadamente, em 02 (dois) envelopes fechados, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – Proposta
PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 001/2018
Processo Licitatório nº 490/2018
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ.:
e-mail e telefone p/contato

Envelope nº 2 – Habilitação
PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2018
Processo Licitatório nº 490/2018
RAZÃO SOCIAL :

CNPJ.:
e-mail e telefone p/contato

- 4.2. A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, devendo seguir os parâmetros dos Anexo I, V e VI do referido Edital.
- 4.3. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

5. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

- 5.1. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:
- Nome, endereço e CNPJ;
 - Número do processo e do Pregão;
 - Descrição do objeto da presente licitação em conformidade com o Anexo I e VI deste Edital;
 - Preço mensal, em moeda corrente nacional, em algarismo apurado à data de sua apresentação. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com os serviços do objeto da presente licitação;
 - Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, **a contar da data limite para protocolo dos envelopes de proposta e habilitação**. Tal prazo ficará suspenso no caso de processo administrativo ou judicial.

5.2. Não será admitida cotação que não contemple todas as quantidades de cada item.

6. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO”

- a) O envelope “habilitação” deverá conter os documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “c”, deste subitem;
- Registro comercial, no caso de empresa individual.

- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigor e última alteração, devidamente registrados na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

6.1.1. Caso a documentação de Habilitação Jurídica exigida no sub item 6.1. seja apresentada no Credenciamento, não será necessária sua apresentação no envelope nº 02 - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO."

6.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Certidão conjunta Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeitos de negativa da Fazenda Estadual da sede da licitante;
- d) Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeitos de negativa com a Fazenda Municipal da sede da licitante;
- e) Certificado de Regularidade junto ao FGTS;
- f) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas, dentro do prazo de validade, conforme Lei nº 12.440/2011 (CNDT).

6.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

6.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.4.1 Atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa licitante ou do Técnico responsável, concedido por pessoa jurídica de direito público e privado, que comprove o seu bom desempenho, compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação. Não será aceito atestado de empresa que pertença ao mesmo grupo empresarial.

6.4.1.1 Entende-se por serviço equivalente com o objeto da presente licitação, a execução/prestação que possua, no mínimo, quantitativo de 50% (cinquenta por cento) do serviço do objeto proposto, ou seja, o(s) atestado(s) deverá(ão) apresentar, ao menos, 03 (três) meses de prestação de serviço na área de CONTABILIDADE PÚBLICA E COMERCIAL, sendo admitido o somatório de atestados.

6.4.1.2 Os serviços contábeis são essenciais à rotina administrativa de qualquer entidade. Por não conter nos quadros da CMTC – Araucária, o cargo de Contabilista, é necessário à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de contabilidade pública e comercial. Contudo, pela particularidade e natureza dos serviços, a escolha do profissional seja norteadada pela experiência em Contabilidade Pública e Comercial.

A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de contabilidade pública e comercial visa atender as necessidades de serviços contábeis nas áreas: fiscal, trabalhista, previdenciária, contábil, imposto de renda e prestação de Contas anual e demais obrigações exigidas pelo TCE-PR, Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Ressalta-se ainda que em decorrência da liquidação e extinção da empresa evidencia a necessidade de um profissional contabilista para a realização e acompanhamentos de todos os atos visando a este fim.

6.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

a) Declarações da licitante, elaboradas em papel timbrado e subscritas por representante legal, nos termos dos Anexos III e IV.

6.6. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

6.6.1.É facultado às licitantes substituir documentos de habilitação exigidos neste Edital por certificado de registro cadastral emitido pelo Departamento de Compras da Prefeitura de Araucária para os documentos que estiverem no prazo de validade.

6.6.1.1.O certificado de registro cadastral não substitui os documentos relacionados nos itens 6.4. e 6.5.

6.6.2. Na hipótese de não constar prazo de validade em certidão, será aceita como válida a expedida até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

7. DO PROCEDIMENTO, JULGAMENTO E DO PREÇO MÁXIMO MENSAL

7.1.No horário e local indicados no Aviso de Licitação será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

7.2. Iniciada a abertura do primeiro envelope de proposta, estará encerrado o credenciamento.

7.3. A análise das propostas visará o atendimento do estabelecido neste Edital e seus anexos.

7.4. No tocante ao preço, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado.

7.5. Será desclassificada a proposta cujo lance final exceder o preço máximo estabelecido neste Edital.

7.6. O valor total máximo desta licitação é de R\$ 107.400,00 (Cento e sete mil e quatrocentos reais), previsto no orçamento da Companhia Municipal de Transporte Coletivo de Araucária – CMTC - Araucária na dotação orçamentária própria conforme segue:

DOTAÇÃO	FONTE
30.01.04.122.0013 2060.3.3.90.39.05	1.001

7.7. As propostas serão classificadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

7.7.1. Seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

7.7.2. Não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.8. Os lances serão formulados de forma seqüencial a partir do autor da proposta de maior preço e os demais, em ordem decrescente.

7.9. Em caso de empate entre valores, a ordem será decidida por sorteio.

7.10. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances, de acordo com fixado pelo pregoeiro.

7.11. A etapa de lances será encerrada quando os participantes declinarem da formulação de lances.

7.12. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, com vistas à redução do preço.

7.13. Aceita a proposta de menor preço, será aberto o envelope de habilitação da proponente.

7.14. Eventuais falhas e dúvidas em relação à regularidade de documentos de credenciamento, habilitação ou de proposta poderão ser sanadas na sessão de abertura de envelopes, inclusive por meio eletrônico.

- 7.15. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e serão anexados aos autos os documentos.
- 7.16. A Administração não se responsabilizará por eventual indisponibilidade do meio eletrônico no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.
- 7.17. Atendidos os requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora.
- 7.18. Esta licitação é do tipo **MENOR PREÇO POR ÍTEM**;
- 7.19. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.
- 7.20. Aplicam-se, no que couber, os Artigos 43, 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações posteriores.

8. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 8.1. No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar-se imediata e motivadamente e será aberto o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;
- 8.2. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a preclusão do direito de recurso;
- 8.3. As razões do recurso de que trata o subitem 8.1 deverão ser protocoladas junto ao pregoeiro, no departamento de Licitações e Compras da Prefeitura do Município de Araucária, sito à Pedro Druszczyk, nº 160.
- 8.4. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente;
- 8.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento;
- 8.6. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
- 8.7. Não havendo recurso, após o seu resultado, o pregoeiro adjudicará o objeto do certame a licitante vencedora e encaminhará à autoridade superior o processo licitatório juntado o relatório para homologação.

9. DOS PRAZOS

- 9.1. Para a assinatura do contrato, o prazo é de até 03 (três) dias úteis, contados da convocação expressa da vencedora, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, podendo a CMTC-Araucária exercer o disposto no § 2º do Art. 64 da Lei 8.666/93.
- 9.2. Para o início dos serviços, o prazo é de até 03 (três) dias úteis, contados da assinatura do contrato.
- 9.3. O prazo para a execução total do objeto é de 06 (seis) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessíveis períodos, nos termos dos arts. 57 e 65, da Lei nº 8.666/93, condicionado ao interesse das partes e manifestado por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de seu término.
- 9.4. O prazo de vigência do contrato é de 7 (sete) meses, contados da data de retirada da Ordem de Serviços.

DA FORMA DE PAGAMENTO

- 10.1. O pagamento será mensal, mediante apresentação da nota fiscal/fatura atestada pela fiscalização da CONTRATANTE. O pagamento ocorrerá em até 10 (dez) dias da apresentação da Nota Fiscal.
- 10.2. As notas fiscais deverão ser emitidas a favor do CNPJ constante na Nota de Empenho e/ou contrato.
- 10.3. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu pagamento ocorrerá em 10 (dez) dias após a data de sua apresentação válida, respeitado o prazo do subitem 10.1.
- 10.4. O pagamento se dará por depósito bancário, devendo para isto a contratada apor à nota fiscal o número da conta corrente, da agência e do banco.
- 10.5. Os valores das notas fiscais estão sujeitos às retenções tributárias e previdenciárias na forma da lei.

10. DA CONTRATAÇÃO

- 11.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante **Contrato**, nos termos dos artigos 60 a 64 da Lei nº 8.666/1993.
- 11.2. Se, por ocasião da formalização da contratação, as certidões de regularidade de débito da empresa vencedora perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Fazenda Nacional e Certidão de Débitos Trabalhistas e Certidão conjunta Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio

eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

- 11.3. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a empresa vencedora será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 11.2., mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 11.4. A adjudicatária deverá, quando convocada, comparecer no prazo de 03 (três) dias úteis contados da data da convocação para formalização da contratação.
- 11.5. Se a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 11.2., ou se recusar formalizar a contratação, serão convocadas as demais licitantes classificadas, com vistas à celebração da contratação nos termos do § 2º do Artigo 64 da Lei 8666/93.

12. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- 12.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Municipal de Araucária, pelo prazo de até 05 (cinco) anos o licitante que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 12.2. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas aqui previstas, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, conforme segue:
- 12.3. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso da vencedora dar causa à rescisão da contratação, e no caso de não cumprimento do prazo estipulado no item 11.4 deste Edital.
- 12.4. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o preço total da contratação, por dia de atraso, no caso da vencedora não cumprir os subitens 9.2. e 9.3. deste Edital, até o limite máximo de 10 (dez) dias sobre o valor global do contrato, no caso da vencedora dar causa à rescisão da contratação, e no caso de não cumprimento do prazo estipulado no item 11.4. deste Edital, quando se dará por rescindido a contratação.
- 12.5. À contratada que descumprir qualquer item, prazo e condições deste Edital será aplicada a seguinte penalidade: advertência registrada e posteriormente abertura de processo administrativo para aplicação das penalidades previstas.
- 12.6. O não cumprimento por parte da CONTRATANTE nas obrigações assumidas no presente Edital/Contrato ou a ocorrência da hipótese

prevista no art. 78, da Lei nº 8.666/93, autorizam, desde já, o CONTRATANTE a rescindir, unilateralmente o CONTRATO.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

14. DA PRORROGAÇÃO E RENOVAÇÃO DO CONTRATO

14.1. Conforme disposto nos artigos 57 e 65 da Lei 8.666/93.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.2. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas a serem assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes.
- 15.3. As recusas ou as impossibilidades de assinaturas serão registradas em ata.
- 15.4. O resultado do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Município de Araucária através do endereço eletrônico <http://diariooficial.araucaria.pr.gov.br/> e no Mural da CMTC – Araucária em liquidação.
- 15.5. Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer cidadão poderá protocolar, no Protocolo Geral da Municipal de Araucária ou Departamento de Licitações e Compras, impugnação ao ato convocatório deste Pregão.
- 15.6. A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de até 01 (um) dia útil anterior à data fixada para recebimento das propostas.
- 15.7. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 15.8. A contratada será responsável pelos danos causados diretamente CMTC – Araucária em liquidação ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no cumprimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização e acompanhamento pelo Município.
- 15.9. Serão de responsabilidade da contratada todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da contratação e a sua inadimplência não transfere a CMTC-Araucária em liquidação a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da contratação.

15.10. A CONTRATADA deverá oferecer pessoal necessário ao desempenho da contratação, correndo por sua conta despesas relativas a encargos sociais, seguro, uniformes, equipamentos de segurança e exigências das leis trabalhistas, podendo o CONTRATANTE solicitar, a qualquer momento, providências e documentos comprobatórios. O não cumprimento poderá acarretar a paralisação da contratação e/ou suspensão do pagamento até a regularização das pendências por parte da CONTRATADA, ficando o CONTRATANTE isento de conceder qualquer reajuste nas faturas retidas.

15.11. A CMTC-Araucária em Liquidação reserva-se, ainda, o direito de paralisar ou suspender a contratação, mediante pagamento único e exclusivo daqueles já recebidos, considerando-se, para tanto, os preços unitários.

15.12. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93 e atualizações posteriores.

15.13. Casos omissos serão solucionados pelo Pregoeiro.

15.14. A vencedora se obriga a manter, durante toda a contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.15. Pode o presente Pregão ser revogado ou anulado sem que caiba aos licitantes qualquer indenização.

15.16. Integram o presente Edital:

- A) Anexo I – Termo de referência;
- B) Anexo II - Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos habilitatórios;
- C) Anexo III – Modelos de declarações;
- D) Anexo IV – Modelo de declaração de Conhecimento Técnico;
- E) Anexo V – Modelo para proposta;
- F) Anexo VI – Detalhamento dos Serviços;
- G) Anexo VII – Minuta do contrato;

15.17. Dúvidas poderão ser dirimidas das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30, no Departamento de Licitações e Compras, Rua Pedro Druszczy, nº 160, 1º andar, Araucária, Paraná ou na CMTC - Araucária, Rua Presidente Carlos Cavalcante – 356- piso superior. Informações: Departamento de Licitações e Compras: (041) 3614-1699; CMTC - Araucária (041) 3074-2929.

Araucária, 23 de janeiro de 2018.

LAURO LUCIANO STALL

Liquidante



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 490/2018
PREGÃO (PRESENCIAL) Nº: 001/2018

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada objetivando a prestação de serviços na área de Contabilidade Pública e Comercial da Companhia Municipal de Transporte Coletivo Araucária – CMTC – Araucária – Em liquidação, compreendendo todos os serviços contábeis e a elaboração computadorizada das rotinas mensais, atender as solicitações dos órgãos fiscalizadores e realizar perícias contábeis, elaboração e encaminhamento da prestação de Contas anual e demais obrigações exigidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná -TCE-PR, vencidas e vincendas, e, a prática de todos os procedimentos contábeis públicos e privados necessários no período de liquidação e extinção da empresa, inclusive as baixas necessárias juntos aos órgãos competentes.

2. JUSTIFICATIVA

Os serviços contábeis são essenciais á rotina administrativa de qualquer entidade. Por não conter nos quadros da CMTC – Araucária, o cargo de Contabilista, é necessário à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de contabilidade pública e comercial. Contudo, pela particularidade e natureza dos serviços, a escolha do profissional seja norteadada pela experiência em Contabilidade Pública e Comercial.

A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de contabilidade pública e comercial visa atender as necessidades de serviços contábeis nas áreas: fiscal, trabalhista, previdenciária, contábil, imposto de

renda e prestação de Contas anual e demais obrigações exigidas pelo TCE-PR, Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Ressalta-se ainda que em decorrência da liquidação e extinção da empresa evidencia a necessidade de um profissional contabilista para a realização e acompanhamentos de todos os atos visando a este fim.

3. DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

3.1 ÁREA CONTÁBIL COMERCIAL

- Classificação e escrituração da contabilidade, de acordo com as normas e princípios contábeis;
- Apuração de Balancetes;
- Elaboração do Balanço Anual e Demonstrativo de Resultados;
- Elaboração e entrega das obrigações acessórias, declarações e demais exigidos pelos órgãos fiscalizadores.
- Elaboração de todos os lançamentos e demonstrativos de resultados necessários para a efetivação da liquidação e baixa da empresa, juntos aos órgãos competentes.

3.2 ÁREA FISCAL

- Orientação, controle da aplicação dos dispositivos legais vigentes, sejam Federais, Estaduais ou Municipais;
- Escrituração dos registros fiscais, elaboração das guias de informação e de recolhimento dos tributos federais;
- Atendimento das demais exigências previstas em atos normativos, bem como daquelas não previstas em tais atos;
- Elaboração e entrega das obrigações acessórias, declarações e demais exigidos pelos órgãos fiscalizadores, inclusive as decorrentes da liquidação e extinção da empresa.

3.3 ÁREA DE IMPOSTO DE RENDA

- Orientação e controle da aplicação dos dispositivos legais vigentes;
- Elaboração da declaração anual de rendimentos e documentos correlatos;
- Atendimento das demais exigências previstas em atos normativos, bem como de eventuais procedimentos de fiscalização;
- Elaboração e entrega das obrigações acessórias, declarações e demais exigidos pelos órgãos fiscalizadores, inclusive as decorrentes da liquidação e extinção da empresa.

3.4 ÁREA TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

- Orientação e controle da aplicação dos preceitos da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, bem como aquelas atinentes à Previdência Social, PIS, FGTS, e outros aplicáveis às relações de emprego que foram extintos pela CONTRATANTE
- Atendimento das demais exigências previstas na Legislação, bem como eventuais procedimentos de fiscalização;
- Elaboração e entrega das obrigações acessórias, declarações e demais exigidos pelos órgãos fiscalizadores, inclusive as decorrentes da liquidação e extinção da empresa.

3.5 ÁREA PÚBLICA

- Desenvolvimento e acompanhamento das ações referentes à execução orçamentária e financeira no tocante ao orçamento público da Companhia Municipal de Transporte Coletivo de Araucária – CMTC/Araucária em liquidação;
- Preparar e elaborar o Orçamento Público e as Leis do Plano plurianual, de Diretrizes orçamentárias e Orçamentária anual, dentro do prazo antecipado e estabelecido pela Administração;
- Serviços técnicos de Direito Financeiro – Lei nº 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000, Resoluções e Instruções Técnicas do Tribunal de Contas e da União (STN), com atuação nas áreas de SIM – AM, LRF, SIM – PCA, SIM – AP;
- Classificar e registrar as despesas conforme plano de contas orçamentário. Registrar, controlar e corrigir os atos de atendimento das condições para a realização das despesas em todos os estágios de:
- Fixação, Programação, Licitação, Empenho, Liquidação, Suprimento, Pagamento;
- Elaboração dos demonstrativos e relatórios orçamentários, contábeis e financeiros exigidos pela Lei Complementar nº 101, de 06 de janeiro de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal;
 - Anexo de Riscos Fiscais e do Relatório de Gestão Fiscal (Portaria nº 486, de 29.08.2005, da STN); e
- Anexo de Metas Fiscais e Relatório Resumido da Execução Orçamentária (Portaria nº 587, de 29.08.2005, da STN);
- Elaboração da Prestação de Contas referente ao exercício financeiro objeto desta licitação, inclusive os procedimentos necessários para a extinção da empresa, através da composição da prestação de contas mensal, em conformidade com as instruções técnicas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, realização de lançamentos em sistema internos externo necessários para a efetiva prestação de contas em conformidade com os manuais técnicos e instruções próprias.;
- Elaboração e acompanhamento do Sistema de Informações Municipais – Módulo de Responsabilidade Fiscal – SIM – LRF;
- Elaboração e acompanhamento do Sistema de Informações Municipais – Módulo de Acompanhamento Mensal – SIM – AM;
- Elaboração e acompanhamento do Sistema de Informações Municipais – Módulo de Atos de Pessoal – SIM – AP;

- Executar a contabilidade patrimonial, com a aplicação dos planos de depreciação, amortização e diferimento, bem como de correções monetárias e reavaliações;
- Realizar o inventário dos bens móveis existentes na empresa em liquidação e encaminhamentos com apontamentos necessários para a incorporação pela Prefeitura Municipal de Araucária.
- Padronização dos lançamentos contábeis, de acordo com as novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

3.6 SUPORTE AO SETOR CONTÁBIL E FINANCEIRO

- Manter um funcionário capacitado em Contabilidade Pública e Comercial por no mínimo 08 horas diárias de segunda à sexta feira na CMTC-Araucária em liquidação, para dar suporte Contábil e Financeiro da Companhia.

3.7 DOS DADOS E INFORMAÇÕES

- As informações, documentos e dados contábeis (digital e físicos) gerados no período e na execução da contratação são de propriedade da CMTC, e em caso de ausência, perda, extravio ou qualquer outra atitude que demonstre falta de zelo e que venha a prejudicar, inutilizar ou deteriorar os documentos públicos, a contratada será chamada à responsabilização.

Araucária, 23 de janeiro de 2018.

LAURO LUCIANO STALL
Liquidante

ANEXO II

DECLARAÇÃO REQUISITOS HABILITATÓRIOS **PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 490/2018** **PREGÃO (PRESENCIAL) Nº: 001/2018**

O abaixo assinado, senhor _____, R.G. nº _____, representante legal da Empresa, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____/0 _____-00, sede (endereço completo), em conformidade com o disposto no Artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520/02, DECLARA que a Empresa está apta a cumprir plenamente os requisitos habilitatórios exigidos no Edital que rege o certame acima indicado.

Local e data

Nome e assinatura do Representante Legal da empresa
RG do declarante

ANEXO III

MODELOS DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO

Nome da empresa, por seu representante legal, declara para o fim de participação no **PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 001/2018**, que não existem fatos que impeçam a nossa participação nesta licitação e, também, que nos comprometemos, sob as penas da Lei, a levar ao conhecimento da CMTC-Araucária qualquer fato superveniente, que venha a impossibilitar nossa habilitação, de acordo com o estabelecido no parágrafo 2º do Artigo 32 da Lei nº 8.666/93.

Local e data

Assinatura do representante legal

DECLARAÇÃO

Nome da empresa, por seu representante legal, declara para o fim de participação na licitação, modalidade **PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 001/2018**, da CMTC-Araucária, que recebemos todas as cópias da referida Licitação, bem como todas as informações necessárias e que possibilitam a entrega da proposta, em conformidade com a Lei nº 8.666/93, concordando com os termos do presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal

DECLARAÇÃO

Declaramos, finalmente, para fins do disposto no Inciso V do Artigo 27 da Lei nº 8666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não empregamos menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não empregamos menor de dezesseis anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e data

Assinatura do representante legal

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO TÉCNICO EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 001/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 490/2018

A Empresa _____, CNPJ/MF nº _____, com sede na Rua _____ nº _____, Cidade _____, Estado do _____, neste ato representada pelo seu representante legal sr.: _____, residente na rua _____, cidade de _____, portador do RG/nº _____, e do CPF/MF nº _____, declara ter pleno conhecimento na realização dos serviços de contabilidade pública e comercial, se colocando apta para o desempenho das atividades elencadas no Termo de Referência constante do Edital de Pregão (Presencial) nº 001/2018, Anexo I deste edital.

(Nome completo por extenso do responsável pela Pessoa Jurídica)
(CPF) (carimbo do CNPJ)

ANEXO V

MODELO DA PROPOSTA PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 001/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 490/2018

A _____ (empresa) _____, CNPJ nº _____ através
de seu representante legal Sr. _____, CPF nº _____

Quant	Unidade	Descrição	Valor Mensal R\$	Valor Total R\$
06	Mês	Contratação de empresa especializada objetivando a prestação de serviços na área de Contabilidade Pública e Comercial da Companhia Municipal de Transporte Coletivo Araucária – CMTC – Araucária – Em liquidação, compreendendo todos os serviços contábeis e a elaboração computadorizada das rotinas mensais, atender as solicitações dos órgãos fiscalizadores e realizar perícias contábeis, elaboração e encaminhamento da prestação de Contas anual e demais obrigações exigidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná -TCE-PR, vencidas e vincendas, e, a prática de todos os procedimentos contábeis públicos e privados necessários no período de liquidação e extinção da empresa, inclusive as baixas necessárias juntos aos órgãos competentes.		
R\$				

Valor da proposta:

Prazo de validade da Proposta: 60 dias

Conta corrente nº _____, Agência nº _____,
Banco _____ nº _____

Local e data

(Nome e assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO VI

DETALHAMENTO DO SERVIÇO PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 001/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 490/2018

1. QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS

Item	Quant	Unid	Descrição	Valor Mensal Máximo R\$	Valor Total R\$
1	06	Mês	Contratação de empresa especializada objetivando a prestação de serviços na área de Contabilidade Pública e Comercial da Companhia Municipal de Transporte Coletivo Araucária – CMTC – Araucária – Em liquidação, compreendendo todos os serviços contábeis e a elaboração computadorizada das rotinas mensais, atender as solicitações dos órgãos fiscalizadores e realizar perícias contábeis, elaboração e encaminhamento da prestação de Contas anual e demais obrigações exigidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná -TCE-PR, vencidas e vincendas, e, a prática de todos os procedimentos contábeis públicos e privados necessários no período de liquidação e extinção da empresa, inclusive as baixas necessárias juntos aos órgãos competentes.	R\$ 17.900,00	R\$ 107.400,00
VALOR TOTAL (6 MESES)					R\$ 107.400,00

2. CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES

Os serviços objetos desta licitação, também compreendem:

ÁREA CONTÁBIL COMERCIAL

- Classificação e escrituração da contabilidade, de acordo com as normas e princípios contábeis;
- Apuração de Balancetes;

- Elaboração do Balanço Anual e Demonstrativo de Resultados;
- Elaboração e entrega das obrigações acessórias, declarações e demais exigidos pelos órgãos fiscalizadores.

ÁREA FISCAL

- Orientação, controle da aplicação dos dispositivos legais vigentes, sejam Federais, Estaduais ou Municipais;
- Escrituração dos registros fiscais, elaboração das guias de informação e de recolhimento dos tributos federais;
- Atendimento das demais exigências previstas em atos normativos, bem como daquelas não previstas em tais atos;
- Elaboração e entrega das obrigações acessórias, declarações e demais exigidos pelos órgãos fiscalizadores.

ÁREA DE IMPOSTO DE RENDA

- Orientação e controle da aplicação dos dispositivos legais vigentes;
- Elaboração da declaração anual de rendimentos e documentos correlatos;
- Atendimento das demais exigências previstas em atos normativos, bem como de eventuais procedimentos de fiscalização;
- Elaboração e entrega das obrigações acessórias, declarações e demais exigidos pelos órgãos fiscalizadores.

ÁREA TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

- Orientação e controle da aplicação dos preceitos da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, bem como aquelas atinentes à Previdência Social, PIS, FGTS, e outros aplicáveis às relações de emprego mantidas pela CONTRATANTE
- Apoio e acompanhamento na elaboração da folha de pagamento dos empregados e de Pró Labore, bem como as guias de recolhimento dos encargos sociais e tributos afins;

- Atendimento das demais exigências previstas na Legislação, bem como eventuais procedimentos de fiscalização;
- Apoio e acompanhamento na elaboração e entrega das obrigações acessórias, declarações e demais exigidos pelos órgãos fiscalizadores.

ÁREA PÚBLICA

- Desenvolvimento e acompanhamento das ações referentes à execução orçamentária e financeira no tocante ao orçamento público da Companhia Municipal de Transporte Coletivo de Araucária – CMTC/Araucária;
- Preparar e elaborar o Orçamento Público e as Leis do Plano plurianual, de Diretrizes orçamentárias e Orçamentária anual, dentro do prazo antecipado e estabelecido pela Administração;
- Serviços técnicos de Direito Financeiro – Lei nº 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000, Resoluções e Instruções Técnicas do Tribunal de Contas e da União (STN), com atuação nas áreas de SIM – AM, LRF, SIM – PCA, SIM – AP;
- Classificar e registrar as despesas conforme plano de contas orçamentário. Registrar, controlar e corrigir os atos de atendimento das condições para a realização das despesas em todos os estágios de:
- Fixação, Programação, Licitação, Empenho, Liquidação, Suprimento, Pagamento;
- Elaboração dos demonstrativos e relatórios orçamentários, contábeis e financeiros exigidos pela Lei Complementar nº 101, de 06 de janeiro de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal;
 - Anexo de Riscos Fiscais e do Relatório de Gestão Fiscal (Portaria nº 486, de 29.08.2005, da STN); e
 - Anexo de Metas Fiscais e Relatório Resumido da Execução Orçamentária (Portaria nº 587, de 29.08.2005, da STN);
- Elaboração da Prestação de Contas referente ao exercício financeiro, através da composição da prestação de contas mensal, em conformidade com as instruções técnicas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
- Elaboração e acompanhamento do Sistema de Informações Municipais – Módulo de Responsabilidade Fiscal – SIM – LRF;

- Elaboração e acompanhamento do Sistema de Informações Municipais – Módulo de Acompanhamento Mensal – SIM – AM;
- Elaboração e acompanhamento do Sistema de Informações Municipais – Módulo de Atos de Pessoal – SIM – AP;
- Executar a contabilidade patrimonial, com a aplicação dos planos de depreciação, amortização e diferimento, bem como de correções monetárias e reavaliações;
- Padronização dos lançamentos contábeis, de acordo com as novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.
- Manter um funcionário capacitado em Contabilidade Pública e Comercial por no mínimo 08 horas diárias de segunda à sexta feira na CMTC-Araucária em liquidação, para dar suporte Contábil e Financeiro da Companhia.



ANEXO VII
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº.: ____/ 2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.: 000490/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº.: ____/ 2018

Através do presente instrumento particular de **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, em que figuram de um lado o **MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.105.535./0001-99, neste ato representado pela Companhia Municipal de Transporte Coletivo Araucária (em Liquidação), na pessoa de seu Liquidante, o Sr. **LAURO LUCIANO STALL**, este na qualidade de ordenador de despesa, a seguir denomina **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. _____, com sede na Rua _____, nº. _____, Bairro _____, CEP: _____-____, Cidade _____/____, CEP: _____, através de seu representante legal, Sr. _____, portadora do RG nº. _____-____-____ e inscrita no CPF/MF nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Bairro _____ – Cidade _____/____, CEP: _____, doravante denominada **CONTRATADA**, têm justo e convencionado o presente CONTRATO, que se regerá Lei nº. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, e alterações posteriores, bem como pelo contido no Processo Administrativo nº. 000490/2018, e no Edital de Pregão Presencial nº. ____/2018 e seus anexos, atendidas às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA E COMERCIAL DA COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE COLETIVO ARAUCÁRIA – EM LIQUIDAÇÃO, COMPREENDENDO TODOS OS SERVIÇOS CONTÁBEIS E A ELABORAÇÃO COMPUTADORIZADA DAS ROTINAS MENSAS, ATENDER AS SOLICITAÇÕES DOS ÓRGÃOS FISCALIZADORES E REALIZAR PERÍCIAS CONTÁBEIS, ELABORAÇÃO E ENCAMINHAMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL E DEMAIS OBRIGAÇÕES EXIGIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – TCE/PR, VENCIDAS E VINCENDAS E, A PRÁTICA DE TODOS OS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PÚBLICOS E PRIVADOS NECESSÁRIOS NO PERÍODO DE LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO DA EMPRESA, INCLUSIVE AS BAIXAS NECESSÁRIAS JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES,**

conforme Termo de Referência e condições específicas constantes no Edital de Pregão Presencial n.º ____/2018 e seus respectivos Anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA, através do presente CONTRATO, obriga-se a executar o objeto indicado na Cláusula Primeira, obedecendo às diretrizes previamente designadas pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA 1. DAS RESPONSABILIDADES

A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e acompanhamento do CONTRATANTE.

§ 1º - São de responsabilidade da CONTRATADA todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes dos serviços, objeto do presente CONTRATO, e a sua inadimplência não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do presente CONTRATO.

§ 2º - A CONTRATADA é obrigada a corrigir, substituir ou reexecutar, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO

Os serviços deverão ser realizados de acordo com as especificações descritas no Edital de Pregão n.º ____/2018 e seus Anexos, especialmente quanto as especificações constantes no Termo de Referência do edital que faz parte integrante do contrato em sua totalidade.

§ 1º - O prazo para início dos serviços do presente CONTRATO deverá ser iniciado em até 03 (três) dias úteis, contados da data da sua publicação, sob pena de rescisão.

§ 2º - O prazo de vigência do presente CONTRATO será de 06 (seis) meses, contados da data da sua publicação.

§ 2º - Os prazos e obrigações previstos neste CONTRATO vigorarão independentemente de aviso extrajudicial, bem como de interpelação ou notificação judicial.

CLÁUSULA QUINTA DO PAGAMENTO

O CONTRATANTE pagará em razão da fiel execução dos serviços contratados a quantia global de **R\$** _____
(_____).

§ 1º - O pagamento ocorrerá em até 10 (dez) dias da apresentação da nota fiscal/fatura atestada pelo Liquidante da Companhia Municipal de Transporte Coletivo – em liquidação, acompanhada do Relatório timbrado e assinado pelo responsável da empresa contendo a carga horária executada no mês, devidamente assinado pela Coordenação do espaço em que foram desenvolvidos os serviços e da Certidão Negativa de Débito da Previdência Social (INSS), Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e CND de Débitos Trabalhistas, dentro dos seus prazos de validade.

§ 2º - O Município realizará as retenções previdenciárias (INSS) e fiscais (ISS e IR) na forma da Lei.

§ 3º - O pagamento será efetuado através de depósito bancário, devendo a CONTRATADA apor em sua Nota Fiscal, o número da Conta-Corrente, Agência e Banco, no qual o mesmo será efetuado.

§ 4º - As despesas decorrentes da execução do objeto do presente CONTRATO correrão pelas seguintes Dotações Orçamentárias:

DOTAÇÃO	FONTE
30.01.04.122.0013.2060.3.3.90.39.05	1.001

CLÁUSULA SEXTA DAS PENALIDADES

O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02, garantida prévia defesa em Processo Administrativo.

§ 1º - O não cumprimento pela CONTRATADA das obrigações assumidas no presente CONTRATO, em consonância com o Edital de Pregão nº. ____/2018, importará na aplicação, por parte do CONTRATANTE, discricionariamente, das seguintes penas:

a) Impedimento de licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, em decorrência da prática de quaisquer dos atos previstos no art. 7º, da Lei 10.520/02.

b) Será aplicada multa de 5% (cinco por cento), sobre o valor global do CONTRATO no caso da CONTRATADA dar causa à rescisão do mesmo, e no caso de não cumprimento dos prazos estipulados no item 9 do Edital de Pregão nº ____/2018.

c) Será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o preço total da contratação por dia de atraso, no caso da CONTRATADA descumprir as condições e especificações contidas no Edital de Pregão nº. ____/2018, até o limite de 10 (dez) dias, quando se dará por rescindido a contratação.

§ 2º - As sanções acima estabelecidas poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente depois de facultado o exercício de defesa prévia em processo administrativo, na forma do § 2º, do art. 87, da Lei 8.666/93.

§ 3º - Na hipótese do CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo à conclusão do CONTRATO, ficará a CONTRATADA sujeita, além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

§ 4º - As multas previstas nesta Cláusula não tem caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

§ 5º - O CONTRATANTE reserva-se o direito de, a qualquer tempo, paralisar ou suspender a execução do CONTRATO, se for constatada pela fiscalização falhas na execução do fornecimento e que requeiram repetição dos mesmos.

CLÁUSULA SÉTIMA DA RESCISÃO

A rescisão do presente CONTRATO se dará:

a) AMIGAVELMENTE, por acordo entre as partes contratantes, desde que verificada a conveniência para o CONTRATANTE.

b) UNILATERALMENTE, pelo CONTRATANTE, diante do não cumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas por esta, no presente CONTRATO, e/ou pela verificação das hipóteses previstas nos incisos do Art. 78, da Lei nº 8.666/93.

c) JUDICIALMENTE, nos termos da legislação processual em vigor.

PARÁGRAFO ÚNICO - Não caberá qualquer direito indenizatório à Rescisão Amigável.

CLÁUSULA OITAVA DA PRORROGAÇÃO

O presente contrato poderá ser prorrogado nos termos do disposto nos artigos 57 e 65 da Lei Federal nº 8.666/93, condicionado ao interesse das partes e desde que manifestado por escrito com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias de seu término.

CLÁUSULA NONA DAS CONDIÇÕES

Os serviços que constituem objeto deste CONTRATO deverão ser executados de acordo com as determinações e nos exatos termos do Edital de Pregão nº. ____/2018

§ 1º - O serviço deverá ainda ser prestado com pontualidade, regularidade, continuidade e eficiência.

§ 2º - Constatadas irregularidades no objeto contratual, o CONTRATANTE poderá:

a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar a sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

c) Na hipótese de substituição ou complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (duas) horas, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela CONTRATANTE.

§ 1º - A existência e atuação da fiscalização da CONTRATANTE em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne aos serviços contratados e as suas consequências e implicações.

§ 2º - Verificada pela fiscalização do CONTRATANTE, o abandono dos serviços ou o retardamento indevido, poderá o mesmo assumir o objeto do CONTRATO na situação em que se encontrar, constituindo os valores não pagos como créditos passíveis de cobrança, por parte do CONTRATANTE perante a CONTRATADA, servindo o presente CONTRATO como Título Executivo, na forma do disposto no Novo Código de Processo Civil.

§ 3º - Igualmente, se verificada nos serviços ora contratados, a superveniência de insolvência, concordata ou falência da CONTRATADA, serão considerados os valores não pagos como créditos privilegiados do CONTRATANTE, podendo o mesmo prosseguir no final da execução do CONTRATO.

§ 4º - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, considerando-se os preços unitários do CONTRATO, quando houver modificação das especificações para melhor adequação técnica.

§ 5º - O CONTRATANTE reserva-se, ainda, o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, os serviços contratados, mediante o pagamento único e exclusivo daqueles já executados, considerando-se, para tanto, os preços unitários.

§ 6º - O CONTRATANTE, direta ou indiretamente, fiscalizará e acompanhará os serviços do objeto deste CONTRATO.

§ 7º - O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o exigido neste CONTRATO ou com o Edital de Pregão nº. ____/2018.

§ 8º - A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas Edital de Pregão nº. ____/2018.

§ 9º - O Edital de Pregão nº. ____/2018 e todos os seus anexos fazem parte integrante deste CONTRATO, sendo que no caso de haver divergência entre o instrumento contratual e as disposições estabelecidas no referido edital, valerão as dispostas neste último.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO NÃO EXERCÍCIO DE DIREITOS

O não exercício de direitos assegurados neste CONTRATO ou na Lei, não constituirá causa de novação ou renúncia dos mesmos, os quais poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA ABRANGÊNCIA

O presente CONTRATO obriga as partes, herdeiros e sucessores por todos os termos e cláusulas deste CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO FORO

Fica eleito o Foro Regional de Araucária, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir quaisquer questões relativas a interpretações, aplicação e execução do presente CONTRATO, renunciando as partes de outro qualquer por mais privilegiado que possa ser.

E, por estarem justos e concordados, firmam o presente CONTRATO em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Município de Araucária, ____ de _____ de 2018.



LAURO LUCIANO STALL

Companhia Municipal de Transporte Coletivo Araucária - em Liquidação

CONTRATANTE

CONTRATADA _____.

CNPJ/MF _____

Representante Legal

TESTEMUNHAS

1. _____

2. _____

RG

RG: